

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/36377	48353/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



RESOLUÇÃO

Processo: 2021/500.10.300/41

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Processo de migração

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Legalização de obras

Técnico/a responsável: Filipa Dantas Vilela

Local da obra: Rua Encosta da Falperra, n.º 15, lote B2, 4715-165 Nogueira, Braga Portugal

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/36218 de 10 de Novembro de 2025.

RESOLUÇÃO

Tendo em consideração o parecer da DAT, datado de 26.08.2025, e atendendo que o titular do processo urbanístico, apesar de devidamente notificado, não logrou, até à data, pela legalização das desconformidades verificadas em obra, concretamente no que respeita às cotas de implantação, propõe-se seja o mesmo notificado, uma última vez, para, no prazo de 30 dias, diligenciar pela:

- Alteração às prescrições do alvará de loteamento n.º 17/2006, através da submissão de aditamento, considerando as cotas de implantação executadas (quer dos arruamentos, quer das edificações), pedido este que deverá ser submetido, em conjunto, com os restantes proprietários dos lotes;
- Legalização das obras executadas em desconformidade com o projeto aprovado.

Da notificação deverá fazer-se constar que, caso assim não proceda, é intenção deste Município, anular o ato administrativo - resposta à comunicação de utilização -, ao abrigo do artigo 163.º e ss., do Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atual, bem como determinar as medidas de restauração da legalidade, previstas no artigo 102.º, do RJUE, na sua redação atual, concretamente, cessação da utilização e demolição total ou parcial de obras e/ou trabalhos de correção ou alteração.

Ademais, uma vez que: a) as falsas declarações dos autores e coordenador de projetos no termo de responsabilidade relativamente à observância das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao projeto, e b) as falsas declarações no termo de responsabilidade do diretor de obra e do diretor de fiscalização de obra ou de outros técnicos relativamente à conformidade da execução da obra com o projeto aprovado e com as condições da licença ou da comunicação prévia apresentada, constituem infração contraordenacional punível com coima, nos termos artigo 98.º, n.º 1, alíneas e) e f), do RJUE, na sua redação atual, propõe-se a instauração de processo de contraordenação, elaborando-se a correspondente participação no GIC.



Por fim, tendo presente que a competência para determinar a legalização de obras é originária da Câmara Municipal, propõe-se seja o assunto submetido a deliberação do órgão executivo.

Conhecimento às partes interessadas.

À consideração superior.

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

